

## O MUSEU COMUNITÁRIO: UM NOVO OLHAR SOBRE A MEMÓRIA

Renata Machado<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como foco a análise do programa do Ministério da Cultura, os pontos de memória que tem como ação a constituição de museus comunitários em 14 regiões metropolitanas. O objetivo do artigo é analisar a partir das concepções de memória e da trajetória das políticas museológicas quais as implicações e desafios do programa.

**Palavras-chave:** memória, museu, culturas populares.

O museu por um longo período esteve a serviço das narrativas históricas dos grupos dominantes. Apesar do avanço no campo teórico das concepções de museu e memória, o mesmo não ocorreu a nível prático. Mesmo com a ampliação do conceito, o museu ainda é tradicionalmente uma instituição voltada para o campo das culturas eruditas. Tal afirmação leva em conta a concentração desses equipamentos nas grandes cidades e/ou nos grandes centros. O direito a memória ainda não foi exercido plenamente para os diferentes grupos sociais.

O conceito de memória sofreu mudanças e adequações ao longo do tempo. Para os romanos, a memória era vista como algo sobrenatural, um dom, e por isso deveria ser praticado. Acreditava-se que qualquer tipo de registro contribuía para o enfraquecimento da memória. Já para os gregos, a memória era considerada indispensável à arte retórica. (KESSEL, 2005).

A modernidade e os novos aparatos tecnológicos trazem mudanças fundamentais para a memória individual e coletiva. Vale destacar nesse cenário os estudos empreendidos por Halbwachs (2004) que destaca a lembrança como algo que ocorre de maneira coletiva, já que os indivíduos estão sempre em interação com o grupo.

---

<sup>1</sup> Produtora cultural, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia. [renafreitas\\_ma@yahoo.com.br](mailto:renafreitas_ma@yahoo.com.br).



“(...) nossas lembranças permanecem coletivas elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nos estamos envolvidos, e com objetos que só nos vimos. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.” (HALBWACHS, 2004, p.30)

Halbwachs (2004) destaca o importante entrelaçamento estabelecido da memória com o lugar. A memória possui como referência os lugares que os grupos ocupam e as relações estabelecidas dos grupos com os lugares.

A memória coletiva tem assim uma importante função de contribuir para o sentimento de pertencimento a um grupo de passado comum, que compartilha memória. Ela garante o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo no campo simbólico.” (KESSEL, 2005, p.03)

Zumthor (2007) reafirma a relação da lembrança e do esquecimento e principalmente a importância do esquecimento para a construção da memória, só ocorre registro quando há esquecimento. “Lembrar e esquecer são, no entanto, dois momentos de toda e qualquer cultura”. (BARROS, 2009, p.03) Nesse ponto a cultura exerce um importante papel na seleção daquilo a ser registrado, funciona como um filtro selecionando o que é importante e útil para cada indivíduo.

A memória individual é sempre diferente. Cada um lembra-se de um jeito diverso, segundo o que lhe interessa e o que amaldiçoou durante a experiência. A seleção da memória nos faz perceber o que é útil e importante para alguém. E esse processo contínuo de seleção só é possível por conta do filtro da cultura. Mas há também uma memória coletiva que é aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla. (SIMSON, 2008, p.02)

Nesse contexto a linguagem é um importante elemento socializador da memória. Segundo Zumthor, as tradições orais são fundamentais para a manutenção dos costumes e para a constituição da história de uma sociedade. O autor se opõe a idéia da articulação da oralidade com as culturas populares ou primitivas, apesar da importância que a oralidade tem nas comunidades tradicionais, o oral não é apenas restrito ao popular.

## 1. BREVE HISTÓRICO

A expressão museu surge na Grécia Antiga enquanto espaço destinado às artes e às ciências. O reaparecimento do termo foi a partir do séc. XV, durante as grandes Navegações e o Renascimento, período marcado pelo fenômeno do colecionismo europeu. Havia também os gabinetes de curiosidades, locais que reuniam coleções científicas de maneira desordenada. Com o progresso das concepções científicas dos séculos XVII e XVIII esses espaços são reorganizados. As coleções originadas nesse contexto dão início as instituições museológicas que conhecemos atualmente. (AMAZONAS, 2009)

É importante salientar que nessa época o foco era no objeto, por isso quase não existia nenhuma documentação ou texto de referência sobre os acervos. No final do século XVIII e início do século XIX que o museu agrega novas atividades, como: a conservação e o registro. O formato tradicional do museu que era estabelecido durante todo o século XIX e início do século XX sofre os primeiros questionamentos pelo Manifesto Futurista<sup>2</sup>. Apesar disso o tradicionalismo do museu dura até o final da Segunda Guerra Mundial. (AMAZONAS, 2009)

A década de 1960 foi um marco para as reformas estruturais nas instituições museais que permitiram uma maior sintonia com a sociedade. As conferências promovidas pelo Conselho Internacional de Museus desde 1960 trouxeram transformações importantes para o setor museológico, “o foco das instituições deixou de ser centrado exclusivamente nos acervos, e passou a se considerar o homem, através de uma visão crítica e transformadora, com a participação do indivíduo e da sociedade”. (AMAZONAS, 2009, p.36) A consolidação dessa nova visão de museu se deu através da implementação dos ecomuseus, museus de vizinhança, museus comunitários, dentre outros. O museu comunitário era focado na gestão participativa do sujeito e contribuía principalmente para o fortalecimento da identidade cultural da comunidade.

### **Políticas para o campo museológico**

Em âmbito nacional, as primeiras instituições museológicas datam do final do século XIX, eram voltadas basicamente para as ciências naturais, devido à influência

---

<sup>2</sup> “Na primeira década do século XX, o manifesto escrito por Filippo Tommaso Marinetti – publicado em 1909 pelo jornal francês Le Figaro – marcou a fundação do Futurismo, um dos primeiro movimentos da arte moderna. Entre outras coisas, eles defendiam a demolição dos museus”. (AMAZONAS, 2009, p. 34)

dos museus etnográficos europeus. Esse cenário só foi alterado com a criação do Museu Histórico Nacional – MHN, em 1922. O MHN possuía uma forte referência nacionalista, dedicado a história e a pátria.

Na era Vargas foram fundados outros museus que seguiam a lógica nacionalista do MHN. A aparição dessas instituições estava intimamente ligada ao contexto histórico vivenciado na época, busca de integração e coesão social a partir da cultura. Foi também nesse período que surgiu o SPHAN (atualmente IPHAN), responsável pela constituição de outras instituições museológicas e, sobretudo, pelas políticas de patrimônio.

No modelo brasileiro que marca a nossa entrada nas políticas culturais pode-se perceber como a tentativa do regime getulista de introduzir o Brasil no cenário moderno esteve pautado na produção de uma memória nacional única, livre dos acordes dissonantes dos regionalismos e das diferenças. (SANTOS, SEVERINO, 2010, p.02)

Após a Era Vargas (1945 a 1964) as políticas foram incipientes e só voltam a ser praticadas em 1964, em um novo período ditatorial. Ressalta-se a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), coordenado por Aloísio Magalhães. O Centro - seguindo uma tendência internacional - era responsável pela renovação conceitual do que deveria ser preservado ou não, amplia-se a idéia de patrimônio. (AMAZONAS, 2009) Em 1979, Aloísio Magalhães assume a direção do IPHAN e cria no mesmo ano a Fundação Pró-Memória.

Assim como o período democrático anterior (1945 até 1964) as décadas seguintes (1980 e 1990) também são marcadas por uma ausência quase que completa de políticas para o setor museológico. (AMAZONAS, 2009)

Ao longo dessa trajetória pode-se perceber a estreita relação das políticas nacionais de patrimônio com os projetos de produção da identidade nacional. Cada modelo de gestão pública idealizou um “retrato” da nação brasileira e utilizou as políticas de preservação e registro da memória nacional como referência da face da nação que interessava ao projeto político em curso. (SANTOS, SEVERINO, 2010, p.03)

No governo Lula houve uma ampliação das ações para o campo museológico. Nessa gestão foi lançada a Política Nacional de Museus, a cargo do Departamento de Museus e Centro Culturais (DEMU), ligado ao IPHAN. Em 2009 foi fundado o Instituto Brasileiro de Museus, a cargo da política nacional de museus.

## 2. PONTOS DE MEMÓRIA

Na gestão do Governo Lula também foi estabelecido o Programa Cultura Viva. O programa é focado no estímulo as produções e equipamentos culturais já existentes que se encontravam dispersas pelo país. Um dos principais projetos desse programa é o ponto de cultura, voltado para o reconhecimento e apoio financeiro - através da política de editais - de instituições que já promovem ações culturais independente do estado.

O projeto ponto de cultura tende a valorizar o local, reconhecer os saberes e criar o sentimento de pertencimento. Além de disso tem por objetivo a potencializarão das energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e criando um movimento transformador em uma rede orgânica de gestão e criação cultural. (LACERDA, MARQUES, ROCHA, 2010, p.118)

Dentro da mesma perspectiva ideológica o MINC, através do Instituto Brasileiro de Museus, cria em 2009 mais um campo de atuação do programa cultura viva, os pontos de memória. Projeto responsável pelo “fortalecimento das ações de reconstrução da memória social e coletiva das comunidades, a partir do cidadão, de suas origens, suas histórias e seus valores”. (MINC, 2009)

O resgate e apropriação da memória contribuem para a democratização cultural e para a formação de novas gerações. Sabemos hoje o quanto é importante conhecimento como a trajetória familiar. Pesquisas sociológicas efetuadas na Europa mostram que a falta dessa memória faz com que jovens pratiquem violência. Conhecer a memória individual e coletiva é o início de uma cidadania responsável. (SIMSON, 2008, p.03)

O ponto de memória tem como premissa a constituição de museus comunitários que terão como finalidade a reconstrução da memória social e coletiva das 14 regiões metropolitanas que são atendidas pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) do Ministério da Justiça.

O principal objetivo do ponto de memória é a consolidação de museus que poderão ser museus territórios ou um espaço institucionalizado, que atuará enquanto uma tecnologia social no resgate da memória da comunidade.

A memória garante um sentimento de pertencimento a uma comunidade ou a um lugar. Esta se constitui também como um importante objeto de luta pela hegemonia do poder, pois os instrumentos de dominação também se dão através da memória. Decidir por exemplo os acontecimentos, as comemorações e os personagens que devem ou não

ser lembrados para a construção de uma memória histórica se constituem como um poderoso elemento de dominação.

Nessa perspectiva o programa surge com um “conceito de museu que não é museu como uma ferramenta social, é uma tecnologia social, ele pode ser uma instituição, mas ele é uma tecnologia e essa tecnologia pode ser utilizada das mais variadas formas.” (informação verbal) <sup>3</sup>. Dagnino (2005) compreende tecnologia social como uma maneira de se conceber ferramentas para a inclusão social. A partir disso, vale ressaltar, que tal processo requer uma sensibilização das organizações e do aparelho estatal.

Para Nascimento (2009) o projeto também é uma provocação aos museus tradicionais a repensarem a suas estratégias. “Os museus são instrumento básico de garantia de direito a memória.” (informação verbal) <sup>4</sup>

Diante do quadro brasileiro de políticas para o museu, o projeto pontos de memória, apesar de um alcance restrito, ainda aparece de maneira pioneira para garantia de direito à memória para os grupos até então excluídos. Nosso histórico de políticas para memória é basicamente ancorado pela exaltação da cultura lusitana e católica, por isso é possível reafirmar o ineditismo desse programa.

Dentre os desafios que se apresentam para a concepção dos pontos de memória, o primeiro diz respeito há como o museu vai dialogar com as culturas populares, sendo a instituição “Museu” tradicionalmente do campo das culturas eruditas? É possível conceber nessa relação o que Canclini (1982) define enquanto culturas híbridas, um intenso diálogo entre cultura erudita, culturas populares e culturas de massa?

Canclini (1982) compreende as culturas populares a partir de um atrelamento dos conflitos de classe e das condições de exploração produzidas pelo capitalismo. Estão em questão na definição do autor as relações que se dão na apropriação díspare dos bens econômicos e culturais pelo povo. Segundo o autor, os setores subalternos produzem ou reproduzem no trabalho e na vida as relações sociais que caracterizam a especificidade das culturas populares.

“As culturas populares (termo que achamos mais adequado do que cultura popular) se constituem por um processo de apropriação desigual dos bens

---

<sup>3</sup> José do Nascimento Júnior, ex-diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Demu/Iphan) do Ministério da Cultura, foi empossado na presidência do Ibram. Ele é bacharel de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e mestre em Antropologia Social pela mesma universidade.

<sup>4</sup> José Nascimento

econômicos e culturais de uma nação ou etnia por parte dos seus setores subalternos, e pela compreensão, reprodução e transformação, real e simbólica, das condições gerais e específicas do trabalho e da vida.” (CANCLINI, 1982, p.42)

Por fim, assim como outras políticas do MINC para o fomento da cultura, os pontos de memória também são questionados do ponto de vista da sua sustentabilidade, não muito diferente da discussão em torno da manutenção dos pontos de cultura, principalmente pela relação complexa e burocrática que é estabelecida entre o estado e a sociedade civil. O fosso que separa tais esferas ganha dimensões ainda maiores quando esta relação é estabelecida com camadas mais populares da sociedade.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em síntese o programa ponto de memória é um avanço para as políticas do campo museológico que até então estava a serviço das culturas eruditas. Porém os resultados e as implicações desse programa ainda não podem ser percebidos nitidamente. Os museus comunitários encontram-se ainda em fase de implementação, exceto os dois museus comunitários estabelecidos no Rio de Janeiro que apesar de serem anterior a esta política foram incorporados ao programa.

Os desafios a seguir para os museus comunitários referem-se à sustentabilidade do programa frente a um aparelho estatal burocratizado. Além disso, outro embate é a relação que será estabelecida da cultura popular com uma instituição voltada para erudição. Esta passará a dialogar com outras formas de produção da cultura e conseqüentemente um novo olhar frente a essa produção.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Archimedes Ribas. **Representações sobre os museus de Salvador: Um estudo junto ao público universitário.** 2009. 114f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia.

BARROS, José. Márcio. P. M.. A diversidade cultural e os desafios de desenvolvimento e inclusão. In: José Márcio Barros. (Org.). **As mediações da cultura.** Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2009, v. , p. 26-41.

CANCLINI, García. Introdução ao estudo das culturas populares. **In: As Culturas populares no capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARNEIRO, Ceres Ferreira. **Paul Zumthor e as marcas da oralidade.** Disponível em: <http://www.primeiraversao.unir.br/artigo134.html>. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

CHAUÌ, Marilena. **Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas.** São Paulo, Cortez, 1997.

DAGNINO, Renato. **A tecnologia social e seus desafios In: \_Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/site/publicacoes/138/A%20tecnologia%20social%20e%20seus%20desafios.pdf>. Acesso em: 05 de dez de 2010.

FRESSATO, Sol. **De mãos dadas com Mmemosine e Clio: Narradores de Javé.** Disponível em: [www.museudapessoa.net](http://www.museudapessoa.net). Acesso em: 10 de agosto de 2010.

HALBWACHS, Maurice; tradução Laís Teles Benoir. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

KESSEL, Zilda. **Memória e Memória Coletiva.** Disponível em: [www.museudapessoa.net](http://www.museudapessoa.net). Acesso em 10 de agosto de 2010.

LACERDA, Alice; MARQUES, Carolina; ROCHA, Sophia. Programa Cultura Viva: uma nova política do Ministério da Cultura. IN: RUBIM, Albino (org). **Políticas Culturais no governo Lula.** Salvador: EDUFBA, 2010.

MINISTÈRIO DA CULTURA. **Pontos de Memória Mais Cultura.** Disponível em: <http://mais.cultura.gov.br/2009/02/09/pontos-de-memoria/> Acesso em: 05 de setembro de 2010.

NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Café. Produção: Eliane Café. Interpretes: José Dumont, Matheus Nachtergaele, Nelson Dantas, Gero Camilo, Néilson Xavier. Brasil: Bananeira Filmes, 2003. 1DVD (100min) , widescreen, color.

NASCIMENTO, José. **José Nascimento: depoimento [dez. 2009].** Entrevistadores: A. Rubim e A. Amazonas. Salvador: CULT, 2009. 1DVD (90min). Entrevista concedida ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade

RUBIM, Albino (org). **Políticas Culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOS, Adalberto; SEVERINO, José Roberto. Patrimônio cultural e memória. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, Dez. 2010. Acesso em: 07 de dez. 2010. Disponível em: [www.politicasculturaisemrevista.ufba.br](http://www.politicasculturaisemrevista.ufba.br)

SIMSON: Olga Von. **Memória e cultura**. Disponível em: [http://www.democratizacaocultural.com.br/Conhecimento/Entrevistas/Paginas/080214\\_memoria.aspx](http://www.democratizacaocultural.com.br/Conhecimento/Entrevistas/Paginas/080214_memoria.aspx). Acesso em: 10 de agosto de 2010.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, Recepção, Leitura**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.